



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA  
COORDENAÇÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
MODALIDADE PREGÃO (FORMATO ELETRÔNICO)  
LISTA DE VERIFICAÇÃO**

São os atos administrativos e documentos previstos na lei nº 10.520/02, nos Decretos nos 7.892/13, 3.555/00 e 10.024/2019 e, subsidiariamente, na lei nº 8.666/93, necessários à instrução da fase interna do procedimento licitatório para o Sistema de Registro de Preços, na modalidade pregão, no formato presencial ou eletrônico:

**Processo nº: 23108.080800/2020-55**

<b>ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS PELA GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES.</b>	<b>SIM/ NÃO</b>	<b>ANEXO</b>	<b>OBS.</b>
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	Via SEI	Processo nº 23108.080800/2020-55
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? (Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU).	SIM	ANEXO 2950970	-
2.1. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	ANEXO ETP 3645385 TR 3858650	-
2.2. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)?	NÃO SE APLICA	-	-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA**  
**COORDENAÇÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**  
**GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES**

3. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02 e arts. 9º, III, § 1º e arts. 8º, III, “b”, IV e 21, I, do Decreto nº 3.555/00 e art. 2º, <i>caput</i> , e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?	SIM	ANEXO ETP 3645385 TR 3858650	-
4. Há termo de referência (art. 8º, II, do Decreto nº 10.024/2019 e arts. 8º, II, 21, II do Decreto nº 3.555/00)?	SIM	ANEXO 3858650	-
5. Foi realizada ampla pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 5º, IV, do Decreto nº 7.892/13, art. 8º, II, do Decreto nº 3.555/00, e arts. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?	SIM	ANEXO 3858735	-
5.1. Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II e art. 15, XII, “a”, IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, e art. 15, XII, “b”, IN/SLTI 02/2008 e IN/SDGD 73/2020)? Acórdão 1512/2006-Plenário-TCU.	NÃO SE APLICA	-	-
5.2. Quando da utilização de método de pesquisa diverso do disposto no §2º do art. 2º da IN/SLTI 05/2015, foi tal situação justificada? (art. 6º da IN/SDGD 73/2020)	NÃO SE APLICA	-	-
5.3. No caso de pesquisa com menos de três preços/fornecedores, foi apresentada justificativa? (art. 6º, § 4º da IN/SDGD 73/2020)	NÃO SE APLICA	-	-
6. Foi realizada consulta junto às demais Unidades desta IFES para levantamento de possíveis demandas referentes ao objeto do presente TR? (IRP)	NÃO SE APLICA	-	-
7. Constam mensagens proferidas entre a Gerência de Planejamento de Aquisições e a Unidade Requisitante, através do Sistema de Requisições para Materiais de Consumo, Bens e Serviços da FUFMT – SISREQ, que compõem o processo de	SIM	ANEXO 3862424	-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA  
COORDENAÇÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES**

desenvolvimento do Termo de Referência?				
<b>OBS: DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR QUE CORRESPONDEM A ATOS E PROCEDIMENTOS SUBSEQUENTES A COMPETÊNCIA DESTA GERÊNCIA E, PORTANTO, AINDA NÃO CONSTAM NO PRESENTE PROCESSO, DEVERÃO SER VERIFICADOS PELOS SETORES COMPETENTES NO MOMENTO OPORTUNO.</b>				
<b>VERIFICADO POR:</b>		Hyosnara Renata S. Domingues		
<b>DATA DE VERIFICAÇÃO:</b>		CUIABÁ, 31/08/2021		